



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
ConsCiência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior*

DESPESAS PÚBLICAS E CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS

**Antônio Rodrigues Albuquerque Filho¹; Nádja Almeida Paixão²; Francisca Francivânia
Rodrigues Ribeiro Macêdo³**

¹Estudante do Curso de Especialização em Controladoria e Auditoria Contábil – CCSA – UVA; E-mail: antoniofilhoufc@hotmail.com, ²Especialista em Controladoria e Auditoria Contábil – CCSA – UVA; E-mail: (nadjapaixao@hotmail.com); ³Docente/pesquisadora do Curso de Ciências Contábeis – CCSA – UVA. E-mail: francymacedo2011@gmail.com

RESUMO

Este estudo verificou a influência da composição das despesas públicas no crescimento econômico das unidades federativas do Brasil. Utilizou pesquisa descritiva, documental e abordagem quantitativa, com utilização de estatística descritiva e regressão linear múltipla. A amostra correspondeu as 27 unidades federativas brasileiras, no período de 2002 a 2014. Os resultados demonstraram que São Paulo e Rio de Janeiro tiveram os maiores percentuais médios de despesas totais, enquanto Roraima os menores percentuais. Observou-se que as despesas totais influenciaram positivamente o crescimento. Ao passo que as despesas de capital, educação, saúde e segurança suggestionaram negativamente o crescimento econômico. Concluiu-se que as despesas públicas influenciavam o crescimento das unidades federativas brasileiras.

Palavras-Chave: Influência; Crescimento econômico; Despesas públicas

INTRODUÇÃO

Os gestores públicos realizam gastos para alcançar uma diversidade de objetivos (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996). De acordo com Xie, Zou e Davoodi (1999), a alocação das despesas públicas pode afetar o crescimento econômico. Portanto, a composição delas é um dos fatores preponderantes na determinação do crescimento econômico, a longo prazo (GEMMELL; KNELLER; SANZ, 2008; BEUREN; MACÊDO, 2014).

Os governos dos países em desenvolvimento, gastam considerável percentual do seu produto interno bruto (PIB) em bens e serviços e, esse valor vem aumentando ao longo dos anos (WORD BANK, 2013). Essa constatação fez com que diversas pesquisas sobre a relação entre o tamanho do governo e o crescimento econômico passassem a serem desenvolvidas. Contudo, conforme



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
Consciência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

Devarajan, Swaroop e Zou (1996), pouco se sabe sobre como a composição da despesa pública afeta a taxa de crescimento.

O ressurgimento do interesse sobre o assunto composição das despesas, passou a ser o eixo das discussões na Administração Pública desde que se implementaram as políticas descentralizadas para reorientar a tomada de decisões dos governos centrais (AFONSO; FERNANDES, 2008). Todavia, as pesquisas que abordam a temática, em sua maioria, versam sobre os gastos públicos estadunidense e europeu (ASCHAUER, 1989; MORRISON, SCHWARTZ, 1991).

Destarte, ciente da relevância que os temas despesas públicas e crescimento econômico denotam no âmbito da política e das pesquisas científicas, surgiu o seguinte questionamento: Qual a influência da composição das despesas públicas no crescimento econômico das unidades federativas do Brasil? Para responder a pergunta traçou-se como objetivo geral analisar a influência da composição das despesas públicas no crescimento econômico das unidades federativas do Brasil.

A justificativa para centrar-se nas temáticas propostas, dá-se porque na medida em que o crescimento é um dos objetivos do governo, é válido conhecer a contribuição dos diferentes componentes da despesa para este objetivo, como um instrumento para avaliar o custo de perseguir outros objetivos (DEVARAJAN; SWAROOP; ZOU, 1996). Além do que, nem a teoria econômica e nem a evidência empírica ainda não forneceram claras respostas para a questão de como a composição da despesa pública afeta o crescimento econômico, denotando, a existência de lacunas de pesquisa.

METODOLOGIA

Para atender ao objetivo proposto, utilizou-se pesquisa descritiva, documental e abordagem quantitativa. Na pesquisa descritiva, Andrade (2002) destaca que o pesquisador deve observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos sem manipula-los. Neste estudo, buscou-se analisar a influência das despesas públicas no crescimento econômico das unidades federativas.

De acordo com Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Nesta pesquisa, os dados foram coletados no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretária do Tesouro Nacional (STN).

Quanto à abordagem quantitativa, Richardson (1999) comenta caracterizar-se pelo uso da quantificação, tanto na coleta das informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas. Este estudo utilizou estatística descritiva e regressão múltipla por meio do SPSS.



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
ConsCiência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

RESULTADOS

Inicialmente, apresentou-se a estatística descritiva das despesas totais, onde se observou que São Paulo e Rio de Janeiro (RJ) registraram os maiores percentuais de crescimento (50,61) e (48,65), respectivamente.

O índice mínimo do Estado de São Paulo (SP) equivaleu a 49,37 e foi registrado no ano de 2002. Já o seu percentual máximo foi 51,75, registrado no ano de 2012, demonstrando crescimento no decorrer dos anos analisados. Quanto ao desvio padrão, SP não apresentou um dos maiores da amostra (0,84208), contudo, comparado ao RJ que teve um desvio padrão de 0,71502, demonstra-se que houve dispersão considerável nos seus valores ao longo dos anos. Em contrapartida, Roraima apresentou a menor média de despesas totais (42,13).

No que compete às distinções das distribuições assimétricas, percebeu-se que Santa Catarina (0,629) e Pernambuco (0,235) apresentam os maiores índices positivos de assimetria. Nestes Estados, os percentuais de despesas totais que mais se repetem são inferiores ao percentual da média. Ao passo que Espírito Santo e Rio Grande do Norte tiveram os maiores índices negativos de assimetria, logo, seus percentuais de despesas totais que mais se repetiram foram superiores ao percentual da média.

Observou-se também que todos os Estados da amostra registraram curtose leptocúrtica, indicando que os percentuais de despesas totais estão menos concentrados em torno da média das despesas totais e, por conseguinte, há maior variação em relação aos demais Estados.

Na sequência apresentou-se a regressão linear múltipla para que se pudesse concretizar o objetivo geral. Os resultados mostraram que o poder explicativo da regressão R^2 foi 96% e R^2 ajustado de 95,9%, demonstrando um bom poder explicativo. O resultado da estatística de Durbin-Watson (0,655) sugere que não há problemas quanto a correlação, já que é positivo e possui um valor baixo.

A soma do quadrado dos resíduos (SQR) no valor total de 2058,955, demonstrou que o modelo com todas as variáveis independentes é melhor do que a previsão de referência utilizando a média. Observou-se ainda que o F-ANOVA foi significativo (0,00), logo, o conjunto de variáveis independentes exerceu influência sobre a variável dependente.

Notou-se ainda que o fator de inflação da variância (VIF) e a tolerância apresentaram valores abaixo de 10. Portanto, não houve problema de multicolinearidade entre as variáveis independentes do modelo.

Observou-se também que a variável dependente, PIB é influenciada positivamente pelas despesas totais e negativamente pelas despesas de capital, educação, saúde. Tal resultado indica que



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
ConsCiência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

quanto maiores são as despesas totais, maior será o PIB dos Estados brasileiros, conseqüentemente, maior será o crescimento destas unidades.

No que concerne às despesas de capital, educação, saúde e segurança, observa-se que a situação é adversa, ou seja, quanto maior forem seus montantes, menores serão os valores do PIB das unidades federativas em foco, portanto, menor será o seu crescimento. Ao passo que as despesas correntes e despesas com transportes e comunicação não foram estatisticamente significantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram que as despesas totais de todas as unidades federativas do Brasil, vem crescendo a cada ano e que os maiores estados foram aqueles com os valores mais vultosos (São Paulo, por exemplo). Observou-se que Mato Grosso e Sergipe foram os estados que mais investiram percentual do seu PIB em educação e saúde. Enquanto Rio de Janeiro e Sergipe tiveram os maiores percentuais em despesas com segurança.

Verificou-se que a única variável que influenciou positivamente o crescimento econômico foram as despesas totais. Portanto, quanto maiores as despesas totais, maior será o crescimento econômico das unidades federativas do Brasil.

Ao passo que as variáveis despesas de capital, educação, saúde e segurança influenciaram negativamente o crescimento dos estados, logo, quanto maior forem seus montantes, menos vultosos serão os valores do PIB das unidades federativas em foco e menor será o seu crescimento. Ao final, concluiu-se que as despesas públicas influenciavam o crescimento das unidades federativas brasileiras.

Como limitação, destaca-se a defasagem dos dados publicados nos sítios oficiais, bem como, a dificuldade em baixa-los, principalmente a partir de 2014. Sugere-se como pesquisas futuras, a utilização concomitante das receitas e despesas públicas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A.; FERNANDES, S. Assessing and explaining the relative efficiency of local government. **The Journal of Socio Economics**. v. 37, p. 1946-1979, 2008.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASCHAUER, D. Is government spending productive? **Journal of Monetary Economics**, v. 23, p. 177-200. 1989.



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
ConsCiência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

BEUREN, Ilse Maria; MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo. Relación entre composición del gasto público y crecimiento económico de los países de América Latina. **Invenio**, v. 17, n. 31-32, p. 65-87, 2014.

DEVARAJAN, S.; SWAROOP, V.; ZOU, H. The composition of public expenditure and economic growth. **Journal of Monetary Economics**, v. 37, p. 313-344, 1996.

GEMMELL, Norman; KNELLER, Richard; SANZ, Ismael. Foreign investment, international trade and the size and structure of public expenditures. **European Journal of Political Economy**, v. 24, n. 1, p. 151-171, 2008.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. **Caderno pedagógico**. Florianópolis: Udesc, 2002.

MORRISON, C.; SCHWARTZ, A. E. State infrastructure and productive performance, **Mimeo**, Medford, MA, Tufts University, 1991.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

WORLD BANK. International Bank for Reconstruction and Development - World Development Indicators. **The World Bank**, 2013.

XIE, D.; ZOU, H.; DAVOODI, H. Fiscal decentralization and economic growth in the United States. **Journal of Urban Economics**, v. 45, p. 228-239, 1999.